

NEOLIBERALIZAÇÃO E IMPRENSA:
ENQUADRAMENTOS SOBRE AS
CONTRARREFORMAS NO REGIME DE
UMA PONTE PARA O FUTURO

*NEOLIBERALIZATION AND THE PRESS:
FRAMINGS OF THE COUNTER-REFORMS UNDER
THE UMA PONTE PARA O FUTURO REGIME*

*NEOLIBERALIZACIÓN Y PRENSA:
ENMARCAMIENTOS DE LAS CONTRARREFORMAS
BAJO EL RÉGIMEN DE UMA PONTE PARA O FUTURO*

*Diego FRAGA**

RESUMO: Este artigo analisa o papel da imprensa brasileira no processo de neoliberalização durante a hegemonia do regime de “Uma Ponte para o Futuro”, com foco na legitimação das reformas trabalhista (2017) e previdenciária (2019). Investiga-se de que maneira os principais jornais do país — Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo — atuaram como aparelhos hegemônicos na construção de consensos favoráveis às contrarreformas. Por meio da análise dos enquadramentos e das vozes consultadas como fontes de autoridade discursiva, o estudo evidencia a parcialidade de segmentos importantes da imprensa na consolidação de uma agenda neoliberal centrada na austeridade e na flexibilização de direitos. Argumenta-se que os segmentos da imprensa estudados contribuíram para a naturalização das reformas e para a desmobilização de resistências sociais, exercendo o seu papel na sustentação no projeto neoliberal hegemônico no Brasil contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Neoliberalismo. Hegemonia. Reforma Trabalhista. Reforma da Previdência.

* Doutor em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-0237-022X>. dieggfraga@gmail.com.

ABSTRACT: *This article analyzes the role of the Brazilian press in the neoliberalization process during the hegemony of the “Bridge to the Future” regime, focusing on the legitimization of the labor (2017) and pension (2019) reforms. It investigates how the country’s main newspapers — Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, and O Globo — acted as hegemonic apparatuses in the construction of consensus favorable to the counter-reforms. Through framing analysis and the voices consulted as sources of discursive authority, the study highlights the partiality of key segments of the press in consolidating a neoliberal agenda centered on austerity and the flexibilization of rights. It is argued that the analyzed segments of the press contributed to the naturalization of the reforms and the demobilization of social resistance, playing their part in sustaining the hegemonic neoliberal project in contemporary Brazil.*

KEYWORDS: *Press. Neoliberalism. Hegemony. Labor Reform. Pension Reform.*

RESUMEN: *Este artículo analiza el papel de la prensa brasileña en el proceso de neoliberalización durante la hegemonía del régimen de “Un Puente al Futuro”, con énfasis en la legitimación de las reformas laboral (2017) y previsional (2019). Se investiga cómo los principales periódicos del país —Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo y O Globo— actuaron como aparatos hegemónicos en la construcción de consensos favorables a las contrarreformas. A través del análisis de los encuadres y de las voces consultadas como fuentes de autoridad discursiva, el estudio evidencia la parcialidad de segmentos importantes de la prensa en la consolidación de una agenda neoliberal centrada en la austeridad y en la flexibilización de derechos. Se sostiene que los segmentos de la prensa analizados contribuyeron a la naturalización de las reformas y a la desmovilización de las resistencias sociales, desempeñando su papel en el sostenimiento del proyecto neoliberal hegemónico en el Brasil contemporáneo.*

PALABRAS CLAVE: *Prensa. Neoliberalismo. Hegemonía. Reforma Laboral. Reforma Previsional.*

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o papel da imprensa brasileira no processo de neoliberalização durante o regime de hegemonia do programa “Uma Ponte para o Futuro”, com ênfase nos contextos políticos e sociais que marcaram a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária. Busca-se compreender como os meios de comunicação, enquanto formadores de opinião e mediadores do discurso público, atuaram frente à consolidação desse novo regime, especialmente no que tange à construção de consensos em torno das chamadas contrarreformas.

A análise propõe-se a investigar de que modo os posicionamentos da imprensa, assim como de vozes consultadas por ela, contribuíram para a legitimação das mudanças legislativas que atendiam às demandas de determinadas classes ou frações de classe. Compreendendo a imprensa não como um espaço neutro de informação, mas como um campo de disputas simbólicas e políticas, cujas práticas editoriais e discursivas são permeadas por interesses diversos e pela luta ideológica, buscou-se:

- 1) Definir o regime de “Uma Ponte para o Futuro” e o contexto das contrarreformas, identificando-os como momentos de inflexão neoliberal na política brasileira, marcadas pela desestruturação de direitos sociais e pela consolidação de uma agenda econômica centrada na austeridade e flexibilização de garantias trabalhistas e previdenciárias;
- 2) Estabelecer o recorte analítico sobre o estudo da imprensa, através de análise conteúdo com foco nos enquadramentos promovidos pelos meios de comunicação, especialmente na mobilização de diferentes tipos de vozes enquanto fontes de autoridade discursiva que conferem legitimidade às reformas e reforçam determinadas interpretações sobre sua necessidade e urgência.

Com base em Entman (1993), os enquadramentos são entendidos como seleções de aspectos da realidade que são salientados e ganham destaque em um texto comunicativo, de modo que possa promover uma definição particular para um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento. Como afirmam Vimieiro e Dantas (2009, p. 4), o ato de salientar algo diz respeito a “fazer uma parte da informação mais notável, significativa ou memorável para a audiência”. Neste trabalho, conforme Porto (2004), o foco recaiu sobre os enquadramentos interpretativos, aqueles construídos por diversos atores sociais, e que oferecem sentidos específicos sobre eventos e temas, funcionando de maneira relativamente autônoma em relação à atuação dos jornalistas.

- 3) Analisar os enquadramentos sobre as contrarreformas trabalhista e previdenciária (RT 2017 e RP 2019) presentes em determinado segmento da imprensa brasileira, mais especificamente o jornalismo impresso de referência¹ (Zamin, 2014), representado por três dos principais jornais do país: Folha de S. Paulo (FSP), O Estado de S. Paulo (OESP) e O Globo (OG).

¹ Zamin (2014) analisa o conceito de “jornalismo de referência” que pode ser definido como aquele que serve de referência para a elite formadora de opinião e para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público.

Parte-se da hipótese de que os segmentos da imprensa estudados atuaram como aparelhos hegemônicos em favor do regime de “Uma Ponte para o Futuro”, contribuindo decisivamente para a aceitação social das reformas trabalhista e previdenciária. Tal atuação se deu por meio da adoção majoritária de enquadramentos favoráveis às medidas e pela recorrente utilização de especialistas que reforçavam argumentos pró-reforma, muitas vezes em detrimento de posicionamentos críticos ou alternativos. Assim, pretende-se demonstrar como o discurso midiático desempenhou papel central na construção de um ambiente simbólico propício à naturalização das contrarreformas e à desmobilização de resistências sociais.

O artigo está dividido em seis seções, contando com esta introdução. Na segunda, analisa-se o papel da imprensa como aparelho ideológico, partindo-se principalmente uma abordagem marxista e gramsciniana. Na terceira seção, a abordagem gramsciniana divide espaço com uma interpretação marxista da obra de Karl Polanyi, na qual será debatido o papel da hegemonia neoliberal e o processo de neoliberalização como enraizados socialmente. Em seguida, o artigo foca nos aspectos metodológicos da pesquisa realizada nos jornais destacados. Na quinta seção serão apresentados os dados empíricos, acompanhados de reflexões sobre o que eles representam. Na última seção analisa-se o quadro geral apresentado nos dados sob a luz da abordagem teórica mobilizada.

Importante salientar que os dados e reflexões aqui apresentados são recortes dos resultados da pesquisa empreendida na tese de doutorado defendida pelo autor (Fraga, 2025) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Imprensa como aparelho ideológico

Em suas reflexões, o filósofo marxista Antônio Gramsci (2017), enfatiza a importância de estudar a organização daquilo que denominou “estrutura ideológica de uma classe dominante”, referindo-se ao conjunto de ideias, crenças, valores e representações que fundamentam o pensamento hegemônico em sociedade, legitimando a ordem social vigente. Como destaca o autor, trata-se de uma análise da estrutura material que atua na manutenção, defesa e expansão de uma frente teórica ou ideológica hegemônica. Para o pensador, o setor editorial constitui a parcela mais significativa e dinâmica dessa frente, abrangendo editoras, jornais políticos, revistas científicas e literárias, periódicos e demais publicações disponíveis à sua época. Assim, todos esses instrumentos editoriais que exercem influência – direta ou indireta – sobre a opinião pública integram essa estrutura ideológica.

Embora Gramsci muitas vezes utilize o conceito de estrutura ideológica da classe dominante como equivalente à noção de aparelho de hegemonia (Hoeveler, 2019), Buci-Glucksmann (1979) estabelece uma distinção entre os termos. Segundo essa perspectiva, o aparelho hegemônico confere maior precisão ao conceito de hegemonia, expandindo-o para além da esfera cultural e incorporando também a dimensão política. Dessa forma, a unificação da hegemonia (cultural e política) ocorre dentro de um aparelho vinculado à classe que se estrutura por meio da mediação de diversos subsistemas, como o educacional (escolas, universidades etc.), o cultural (museus, bibliotecas etc.), o informacional (imprensa) entre outros (Buci-Glucksmann, 1979).

Fontes (2010, p. 133–134) define os aparelhos de hegemonia como:

[...] o conjunto de elementos que estruturam a sociedade civil, compondo instâncias associativas formalmente separadas das empresas e instituições estatais, mas que se apresentam sob múltiplas formas de associatividade voluntária. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas e diversas entidades emergem e se reconfiguram em resposta à complexificação da vida urbana capitalista e aos desafios que dela decorrem. Embora não sejam homogêneos em sua composição, esses aparelhos frequentemente se mostram distanciados da organização econômico-política da vida social. Ainda assim, muitos partidos e veículos de imprensa – geralmente alinhados a segmentos de classe específicos – tendem a ocultar esses vínculos, apresentando-se como representantes da “unidade nacional” ou como defensores de uma suposta neutralidade informativa. No entanto, todos esses organismos, em última instância, se relacionam com as formas de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado), mesmo que sua atuação se manifeste predominantemente no campo cultural.

Dessa maneira, é possível compreender a mídia como um todo – e a imprensa, em particular – enquanto aparelhos de hegemonia, com destaque para suas grandes corporações comerciais. Fonseca (2011), ao analisar os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* na década de 1980, já havia chegado a essa conclusão ao definir mídia como

[...] o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem e recepção, por formas diversas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é sua característica central (Eagleton, 1991) – representa uma forma de poder que, nas sociedades “de massa”, possui papéis extremamente significativos, tais como: influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos (Capelato, 1988); influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de

uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como “aparelhos ideológicos” capazes de organizar interesses. Quanto a esses, em determinadas circunstâncias atuam à guisa de “partidos políticos” ou “intelectuais coletivos e orgânicos” de grupos específicos (Coutinho, 1994). Esses papéis são ocultados sob o lema do “dever da informação”, que seria “neutra”, “independente”, “apartidária” e “a-ideológica”, características invariavelmente alegadas pelos órgãos da mídia ao retratar, de forma cabotina, sua atuação (FONSECA, 2011, p. 41-42).

Considerando o jornalismo uma atividade intelectual (Traquina, 2012), é possível afirmar que, ao informar, interpretar e atribuir significado aos acontecimentos nas diferentes esferas da vida social – incluindo os de natureza econômica (Guilbert, 2020) –, a imprensa desempenha um papel central na construção e perpetuação da hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre os grupos sociais subordinados no capitalismo. E isso ocorre também no atual período em que o chamado neoliberalismo é a ideologia hegemônica.

3. Ideologia e (des)enraizamento: a hegemonia da neoliberalização

Para Gramsci (1999), as ideologias representam um elemento comum e indispensável da consciência e do conhecimento. Sendo historicamente necessárias, elas “organizam” as massas e fornecem o espaço no qual os indivíduos tomam consciência de sua posição e travam suas lutas. A partir dessa perspectiva, Hall (1986) define a ideologia como um conjunto de linguagens, conceitos, categorias e sistemas de representação utilizados por diferentes classes e grupos sociais para interpretar e dar sentido ao funcionamento da sociedade.

Assim, as ideologias consideradas orgânicas são aquelas que buscam disseminar-se pela sociedade, promovendo uma nova vontade nacional-popular em prol de uma grande transformação histórica. Elas atuam sobre o senso comum e procuram sistematizar a consciência das massas. Nesse contexto, a ideologia está diretamente ligada à maneira como determinadas ideias ganham adesão popular e se tornam uma força material (Hall, 1988). A disputa ideológica corresponde à luta pela hegemonia, pela busca do consentimento das massas. A hegemonia não se restringe ao campo das ideias, pois depende do domínio de uma classe social sobre a atividade econômica. No entanto, também não pode ser reduzida à economia. Trata-se de um fenômeno que transcende os interesses econômicos imediatos de uma classe e deve incorporar as demandas de grupos subordinados, tornando-se um projeto social mais amplo (Hall, 1988).

3.1. A neoliberalização enraizada

Quanto ao neoliberalismo mais especificamente, Venugopal (2015) afirma que há duas abordagens analíticas padrão na literatura sobre o tema. A primeira o concebe como uma doutrina elaborada por seus principais pensadores, cuja trajetória é rastreada por meio da leitura e interpretação de textos canônicos, atentando-se à origem das ideias, ao contexto de seu surgimento e à biografia de seus formuladores.

A segunda, por sua vez, concentra-se na identificação do “neoliberalismo realmente existente”, buscando delinear suas esferas de atuação e explicar suas dinâmicas concretas. Nessa perspectiva, o neoliberalismo — entendido como matriz ideológica e justificativa para projetos de reestruturação do Estado e da sociedade — não se apresenta de forma “pura” ou abstrata, mas sim através de manifestações parciais, policêntricas e plurais. Conforme apontam Peck, Brenner e Theodore (2018), sua reprodução é marcada por atritos, contradições, polimorfismos e desigualdades geográficas, não apenas por resistências políticas, mas porque o hibridismo volátil é constitutivo de sua própria existência. Assim, essa abordagem propõe uma leitura processual da neoliberalização, que reconhece a diversidade das formas assumidas pelo neoliberalismo e sua dinâmica de desenvolvimento combinado, desigual e mutuamente condicionante.

Nesse sentido, o neoliberalismo como um projeto ideológico estaria em constante luta por se manter hegemônico, mesmo diante de fracassos, crises e resistências. Esse tipo de abordagem entende a “neoliberalização” como um processo e não se baseia em concepções como a de regime, por exemplo, que estaria determinado no tempo e no espaço.

O neoliberalismo desafia qualquer explicação em termos de coordenadas fixas. Pelo contrário, denota um espaço problemático, juntamente com um espírito de regulação complementar do mercado. Nos termos mais abstratos, pode-se dizer que a neoliberalização se refere a um processo contraditório de domínio semelhante ao do mercado, negociado principalmente nas fronteiras do Estado e ocupando o espaço ideológico definido por uma crítica (amplamente) simpática ao *laissez-faire* do século XIX e profundas antipatias pelos modos de governo coletivistas, planejados e socializados, especialmente aqueles associados ao keynesianismo e ao desenvolvimentismo (Peck, 2010, p. 20).

Desse modo, a neoliberalização configura-se como um processo contínuo de transformação institucional, marcado tanto pela destruição quanto pela reconstrução de arquiteturas institucionais, além da sobreposição dessas a estruturas previamente existentes. Conceber o neoliberalismo como processo, conforme argumenta Cahill (2014), permite compreender o distanciamento entre as políticas neoliberais imple-

mentadas e os discursos utópicos dos teóricos neoliberais, bem como o caráter desigual dessa transformação — aspecto ilustrado de forma contundente pelo estudo de Fourcade-Gourinchas e Babb (2002) sobre os casos do Chile, França, Grã-Bretanha e México.

Conforme argumenta Peck (2010), compreende-se que as disputas entre liberalização e regulação dos mercados nos processos de neoliberalização estão enraizadas na luta de classes e nas disputas ideológicas que a acompanham. Nesse sentido, o neoliberalismo realmente existente pode ser interpretado à luz da dicotomia enraizamento/desenraizamento, conforme a obra de Karl Polanyi (2021) e seus desdobramentos teóricos.

Cahill (2014), amparado na leitura de Block (2021) sobre Polanyi, propõe que a economia está sempre enraizada na sociedade e critica a interpretação que associa o neoliberalismo a um suposto desenraizamento, pois tal leitura considera que a retração do Estado na economia indicaria um afastamento estrutural, e que seu retorno marcaria o fim do neoliberalismo. Para Cahill, essa visão ignora o fato de que a neoliberalização, conforme também apontam Peck, Brenner e Theodore (2018), é um processo contínuo e contraditório de reestruturação institucional, no qual o neoliberalismo não substitui inteiramente as formações anteriores, mas se sobrepõe a elas, reconstruindo e adaptando instituições já existentes. Essa perspectiva processual também ajuda a compreender o distanciamento entre os discursos utópicos dos teóricos neoliberais e as políticas efetivamente implementadas, além do caráter desigual e geograficamente específico do avanço neoliberal, como exemplificado por Fourcade-Gourinchas e Babb (2002) ao analisarem os casos do Chile, França, Grã-Bretanha e México.

Nesse quadro, Cahill (2014) argumenta que o neoliberalismo está sempre enraizado em três estruturas sociais fundamentais: nas relações de classe, nas instituições e na ideologia. Primeiramente, está vinculado à derrota das esquerdas ocidentais desde os anos 1970, no que Streeck (2018) nomeia de Revolução Neoliberal. Em seguida, revela-se enraizado nas instituições, sobretudo no Estado, que longe de se retirar da economia, tem papel central na implementação e sustentação da lógica neoliberal, ao reformular sua atuação com base em critérios de justiça de mercado, em detrimento da justiça social (Streeck, 2018). Por fim, o neoliberalismo encontra base na ideologia, cuja disseminação massiva, conforme apontam Dardot e Laval (2016), consolidou uma nova racionalidade que se impôs como senso comum entre as elites políticas. Essa hegemonia ideológica, reforçada pela doutrinação promovida pela teoria econômica convencional (Streeck, 2018), não apenas molda os discursos de partidos defensores do capital, mas também de setores tradicionalmente vinculados à defesa dos trabalhadores (Fraser, 2020), influenciando profundamente as subjetividades e limitando as visões de mundo, num processo que Fisher (2020) denomina “realismo capitalista”.

A hegemonia não se restringe ao campo das ideias, pois depende do domínio de uma classe social sobre a atividade econômica. No entanto, também não pode ser reduzida à economia. Trata-se de um fenômeno que transcende os interesses econômicos imediatos de uma classe e deve incorporar as demandas de grupos subordinados, tornando-se um projeto social mais amplo (Hall, 1988,).

3.2. O Regime de “Uma Ponte para o Futuro”

O documento “Uma Ponte para o Futuro” (Fundação Ulysses Guimarães, 2015) representou o programa político dos setores que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff e os governos de Michel Temer e, em parte, de Jair Bolsonaro. Essa coalizão heterogênea, descrita por Pinho (2021) como a “comunidade epistêmica da austeridade fiscal”, inclui desde a grande mídia corporativa até empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), economistas ortodoxos, partidos de direita e movimentos liberais como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. O texto parte do diagnóstico de uma crise fiscal profunda, que exigiria um “ajuste de caráter permanente”, defendendo medidas como a contrarreforma da previdência, o fim de vinculações constitucionais de gastos sociais, um orçamento totalmente impositivo, flexibilização das leis trabalhistas e uma política de austeridade permanente. Tais propostas expressam com clareza a agenda neoliberal que ganharia força política nos anos seguintes.

A publicação de “Uma Ponte para o Futuro” tornou-se símbolo da guinada ideológica no Estado brasileiro, onde o processo de neoliberalização suplantou, de forma decisiva, as disputas em torno de um projeto desenvolvimentista. No contexto da crise institucional provocada pela desaceleração da economia e pela Operação Lava-Jato, houve o que Pinto et al. (2019) denominaram de “guerra de todos contra todos” entre as frações das classes dominantes. Ainda assim, o documento conseguiu oferecer uma base programática comum, conferindo coesão temporária a esses grupos, que se organizaram em torno de uma agenda que rompia definitivamente com os princípios de desmercantilização da Constituição de 1988. Se os governos petistas conviveram com ambivalências nesse aspecto (Lavinias; Gentil, 2018), essas contradições se dissiparam com a adoção de políticas como o Teto de Gastos e as contrarreformas trabalhista e da previdência, consolidando a ofensiva neoliberal.

O governo Michel Temer (2016–2018) apostou na consolidação de uma agenda de austeridade fiscal e contrarreformas com o argumento de restaurar a confiança do mercado e impulsionar o crescimento econômico. Um marco simbólico e institucional dessa virada foi a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como “Teto de Gastos”, que congelou os investimentos públicos por vinte anos,

impondo graves limitações ao financiamento de políticas sociais — já em 2019, o Sistema único de Saúde (SUS) e a educação acumulavam perdas de R\$ 20 bilhões e R\$ 32,6 bilhões, respectivamente (Conselho Nacional de Saúde, 2020; Pellanda, 2020). No plano trabalhista, o governo implementou duas reformas significativas: a Lei da Terceirização (nº 13.429/2017) e a Reforma Trabalhista (nº 13.467/2017), que flexibilizou profundamente as relações de trabalho ao permitir, por exemplo, a chamada prevalência do negociado sobre o legislado e a institucionalização do trabalho intermitente. Essas medidas foram sustentadas por argumentos oriundos da teoria econômica neoclássica, que vê no salário uma variável de ajuste para equilibrar oferta e demanda no mercado de trabalho, mesmo diante de evidências empíricas que apontam para a persistência do desemprego em função da incerteza e da retração dos investimentos.

Apesar das promessas de modernização e aumento da competitividade, a Reforma Trabalhista de 2017 aprofundou a precarização do trabalho e limitou a atuação da Justiça do Trabalho, enfraquecendo a proteção jurídica dos trabalhadores e a atuação sindical. O processo de remercantilização do trabalho foi intensificado, especialmente com a criação de formas contratuais extremamente flexíveis, como o trabalho intermitente, onde não há garantia de renda ou continuidade laboral (Filgueiras; Bispo; Coutinho, 2018). Além disso, mesmo com o avanço dessas reformas, os indicadores econômicos seguiram estagnados: houve aumento da informalidade e da subutilização da mão de obra, evidenciando que mudanças legais, isoladamente, não geram dinamismo no mercado de trabalho (Colombi; Krein, 2022).

Ainda durante o governo Temer, houve uma tentativa de avançar com uma reforma da previdência por meio da PEC 287/2016, que previa medidas como o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e o aumento do tempo mínimo para aposentadoria de 15 para 25 anos. No entanto, o escândalo do “Joesley Day” e a baixa popularidade do presidente impediram sua aprovação (Reis, 2020). Mesmo assim, essa iniciativa já antecipava os rumos que seriam consolidados no governo Bolsonaro.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional 06/2019, que marcou uma das mais profundas reformas estruturais da Previdência Social no Brasil. A proposta, elaborada sob forte influência do ministro da Economia Paulo Guedes e respaldada pelos interesses do mercado financeiro (Motta, 2021; Pinto et al., 2019), visava a substituição do regime solidário de repartição simples por um modelo de capitalização individual. Nesse sistema, cada trabalhador contribuiria para sua própria conta, sem garantias sobre o valor da aposentadoria futura, dependendo da rentabilidade dos fundos de investimento (Pacheco Filho; Winckler, 2004).

Embora essa mudança radical tenha sido rejeitada pelo Congresso (Dieese, 2019), a essência da proposta refletia uma transição de um sistema de benefício definido, no qual se conhece o valor a ser recebido, para um modelo de contribuição definida, em que o valor do benefício é incerto e transferido ao risco do indivíduo (Lavinas; Cordilha, 2019). Mesmo sem a capitalização, a reforma aprovada impôs alterações severas. Estabeleceu-se a idade mínima de aposentadoria em 65 anos para homens e 62 para mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 20 anos, extinguindo-se a aposentadoria por tempo de contribuição. As regras para aposentadoria rural tornaram-se mais rígidas, e o cálculo dos benefícios passou a considerar todas as contribuições realizadas desde julho de 1994, em vez das 80% maiores, resultando em reduções no valor dos benefícios (Brasil, 2024).

Para os servidores públicos, a reforma obrigou a criação de regimes complementares com contribuições definidas, consolidando a lógica de financeirização da previdência, e mesmo com recuos pontuais, a essência da contrarreforma foi mantida: redução do gasto público, diminuição da proteção social e aprofundamento das desigualdades (Fleury, 2019). A narrativa usada para justificar a RP 2019 esteve ancorada em argumentos típicos do discurso neoliberal, como o suposto déficit da Previdência, muitas vezes sustentado por dados parciais e projeções enviesadas (Drummond, 2019; Fagnani, 2019, 2021). A capitalização, mesmo não aprovada, foi inserida no debate como uma alternativa “inevitável”, desconsiderando seus fracassos em outros países e os riscos de ampliar as desigualdades no Brasil (Lavinas; Cordilha, 2019). A contrarreforma de 2019, portanto, não foi apenas uma reestruturação técnica do sistema previdenciário, mas a consolidação de um projeto político de enfraquecimento da seguridade social, favorecendo os interesses do capital em detrimento da solidariedade e da proteção social ampla.

Se a neoliberalização é interpretada como um processo, esse momento específico da história pode ser considerado como o de construção da hegemonia do regime proposto em “Uma Ponte para o Futuro”. Ou seja, o processo de neoliberalização em curso esteve ancorado nas premissas desse documento, cujas propostas foram, ao menos em parte, implementadas. Essa agenda encontrou em segmentos da imprensa brasileira, canais abertos para a promoção do consentimento e do convencimento social. Esses segmentos se apresentaram, conforme será demonstrado adiante nos casos das contrarreformas trabalhista e previdenciária, como instrumentos consistentes na disputa ideológica.

4. Aspectos metodológicos

No que se refere aos gêneros jornalísticos, o foco recaiu sobretudo sobre o jornalismo de opinião — que, conforme delineado por Melo (1994), abarca editoriais,

comentários, artigos, resenhas, colunas e crônicas — e também sobre o conteúdo informativo, desde que apresentasse a participação de especialistas, intelectuais ou representantes de grupos de interesse, como sindicatos, movimentos sociais e setores empresariais e que contivesse opinião sobre a questão trabalhista e/ou a reforma trabalhista e sobre a questão previdenciária e/ou a reforma previdenciária. Um critério adicional adotado foi a veiculação do material na versão impressa dos jornais, uma vez que a coleta foi realizada a partir de suas plataformas digitais.

A coleta do material se deu por meio das ferramentas de busca dos sites dos jornais Folha de S. Paulo (FSP), O Globo (OG) e O Estado de S. Paulo (OESP), utilizando-se o termo “reforma trabalhista” com recorte temporal para o ano de 2017, e “reforma da previdência” para o ano de 2019. Ao todo, foram reunidos 1.280 textos — entre matérias, artigos e entrevistas — que atenderam aos critérios estabelecidos, sendo 362 relativos à RT 2017 e 918 à RP 2019.

É relevante observar que os mecanismos de busca empregados por cada um dos três veículos apresentam diferenças significativas tanto em quantidade quanto em qualidade do material recuperado. Nesse sentido, o OESP destacou-se pela maior oferta de resultados, o que se explica, sobretudo, pelo fato de seu sistema de busca não permitir a distinção entre o conteúdo publicado na edição impressa e aquele exclusivo do meio digital.

A análise buscou identificar os enquadramentos favoráveis e críticos às contrarreformas trabalhista e da previdência, bem como aos temas a elas associados. A categorização dos enquadramentos ocorreu em duas etapas: inicialmente, quanto ao posicionamento frente às contrarreformas, sendo classificados como favoráveis ou contrários (com exclusão de posicionamentos neutros). Uma única matéria ou artigo pode conter múltiplos enquadramentos — inclusive contraditórios — sobretudo quando apresenta diferentes especialistas ou pontos de vista. A menor unidade considerada foi a frase, e a maior, o texto como um todo, permitindo também a existência de enquadramentos compostos por parágrafos ou trechos intermediários. Um mesmo enquadramento pode aparecer mais de uma vez em um mesmo texto, sendo, portanto, contabilizado repetidamente. A análise foi conduzida com o apoio do software NVivo (release 1.3).

Entre as principais vozes escutadas pelos jornais, destacam-se economistas, empresários, associações empresariais, juristas, advogados, jornalistas, sindicalistas, militantes de movimentos sociais e membros de Organizações Não Governamentais (ONGs). Outros especialistas como sociólogos, antropólogos, estatísticos, assistentes sociais etc. tiveram presença diminuta. A identificação dessas vozes se deu de maneira indutiva, a partir da análise dos dados brutos do material coletado nos jornais, resultando em 312 na RT 2017, e 503 na RP 2019. Em ambos os casos, economistas, juristas, advogados, representantes do empresariado e associações empresariais significaram mais de 70% das vozes, sinalizando os

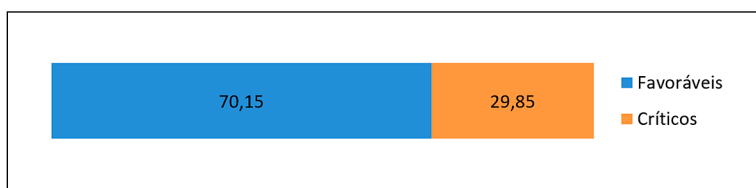
tipos de vozes privilegiadas nesses contextos, a dizer, um determinado tipo de especialista (economistas acadêmicos e profissionais do direito) e representantes do capital (empresários, associações empresariais e economistas ligados ao mercado financeiros).

O fato de essas vozes terem sido privilegiadas pelos jornais significou o predomínio de determinados posicionamentos, uma vez que as vozes ligadas ao empresariado defenderam seus próprios interesses de classe nas questões trabalhista e previdenciária, e os economistas – em sua maioria ligados ao mercado financeiro ou com visão ortodoxa da economia – também defenderam posições de classe e/ou visões econômicas aderentes ao neoliberalismo. Uma análise mais aprofundada dessas vozes se encontra em Autor (Ano).

5. As contrarreformas trabalhista e previdenciária na imprensa

Assim, abordando especificamente a cobertura da RT 2017, foram identificados, ao todo, 583 enquadramentos, sendo a maioria deles favorável à contrarreforma de 2017, com 70,15% das ocorrências, enquanto os enquadramentos críticos representaram apenas 29,85%. Cabe destacar, entretanto, que grande parte das críticas não se dirige frontalmente à contrarreforma em si, mas sim a aspectos pontuais dela ou à ausência de um debate público mais amplo, bem como à falta de alternativas propostas, o que impede uma leitura clara de oposição direta. O Gráfico 1 ilustra essa predominância de vozes favoráveis ou parcialmente favoráveis à RT 2017, sugerindo, à primeira vista, um consenso entre os especialistas e demais atores sociais ouvidos pelos jornais.

Gráfico 1: Enquadramentos favoráveis e críticos RT 2017 (%) (n = 583)



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito aos enquadramentos favoráveis à RT 2017, um exemplo é o jornalista Hélio Gaspari, que na FSP de 02 de julho de 2017, – quando o então presidente Michel Temer indicava que poderia concordar na manutenção do imposto sindical, apontou para o suposto impacto desse tributo na organização dos trabalhadores.

Pelo projeto de reforma trabalhista, vai ao lixo o velho imposto sindical, instituído em 1937. Trata-se da tunga de um dia de salário dos trabalhadores formalizados, destinada a cevar a máquina da unicidade sindical na qual está incrustada uma casta de pelegos. A reforma aboliu o caráter de confisco dessa “contribuição”. Se o cidadão quiser contribuir para o sindicato, passará a fazê-lo por livre vontade (Gaspari, 2017).

Outro exemplo de enquadramento favorável à RT 2017 é o produzido pelo economista-chefe do Santander, Maurício Molan, na edição do dia 20 de junho de 2017 do jornal OG, no qual afirma que a RT:

Tem dois efeitos relevantes para o mercado de trabalho. O primeiro é acelerar o ciclo, fazer a economia retomar o crescimento mais rápido, o que teria um impacto sobre o emprego. Além disso, poderia ter um efeito estrutural, decorrente só da reforma trabalhista. Quando você muda os parâmetros, o custo trabalhista cai e gera um aumento na demanda por mão de obra (Corrêa, 2017).

Assim, enquanto uma voz faz a crítica ao imposto sindical, sinalizando apoio à sua extinção, outra expõe supostos efeitos positivos da contrarreforma sobre a economia como um todo, sugerindo crescimento econômico e criação de empregos.

Entre os enquadramentos críticos, é possível destacar, por exemplo, a fala da advogada e professora de Direito do Trabalho da PUC-SP, Carla Romar, em matéria publicada na FSP em 27 de abril de 2017 (Perrin, 2017), na qual afirmou que a contrarreforma restringiu o papel da Justiça do Trabalho como fiscal das negociações entre trabalhadores e empregadores, orientando sua atuação “pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva”.

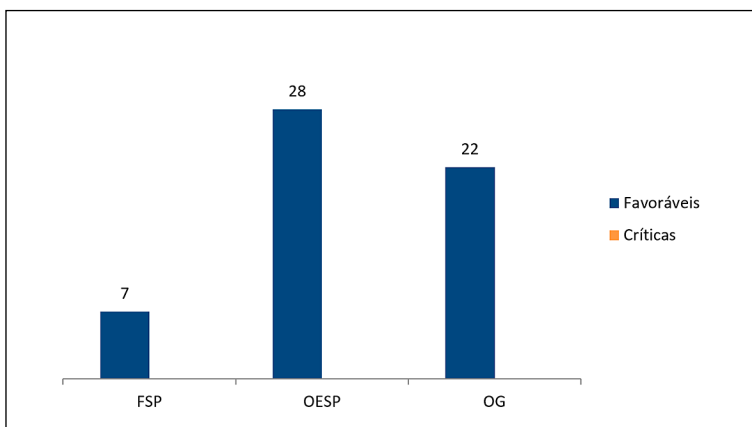
Num exemplo de enquadramento crítico que não pode ser necessariamente considerado desfavorável, o presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Glaucio Geara, em OESP do dia 09 de outubro de 2017 comenta que, entre os empresários com quem conversou, existia um receio sobre o aumento de insegurança jurídica. E afirma:

Estão todos cautelosos. Acredito que [com a Reforma] será bom tanto para o empregado quanto para o trabalhador, mas precisamos ver como vão ser esses primeiros meses de aplicação”, disse. “Se você consultar hoje vinte advogados, vai encontrar 20 posições diferentes” (OSAKABE, 2017).

Um dos dados mais reveladores diz respeito à própria posição assumida pelos jornais analisados em relação à RT 2017, expressa por meio de seus editoriais —

entendidos, conforme Fonseca (2005), como representações da linha ideológica-editorial e da posição oficial dessas empresas de comunicação. Foram identificados, entre os três jornais, 57 enquadramentos editoriais, com destaque para *O Estado de S. Paulo* (OESP), seguido por *O Globo* (OG) e *Folha de S. Paulo* (FSP). O aspecto mais significativo, no entanto, conforme expõe o Gráfico 2, é que nenhum desses editoriais apresentou enquadramento crítico à Reforma Trabalhista ou a qualquer de seus aspectos, evidenciando, assim, um alinhamento unívoco e favorável por parte da imprensa analisada.

Gráfico 2: Editoriais e enquadramentos – RT 2017

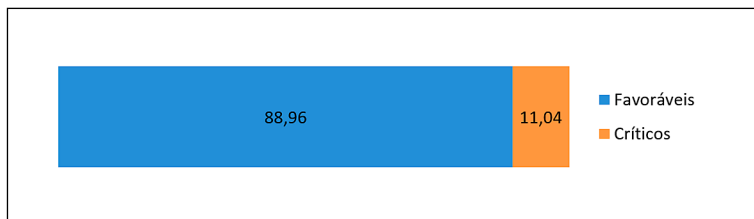


Fonte: Elaboração própria

Sobre a RP 2019, nos três jornais analisados foram identificados 1.132 enquadramentos, entre favoráveis e críticos. Dentre eles, a ampla maioria — 88,96% (1.007) — manifestou apoio à contrarreforma, enquanto apenas 11,04% (125) apresentaram críticas. Mais uma vez, como nem todos os enquadramentos críticos indicam oposição direta, ganha força a percepção de um forte alinhamento favorável à RP 2019 nas páginas da FSP, OESP e OG.

Em comparação com a cobertura da RT 2017, observa-se que o apoio à agenda de contrarreformas se intensifica ainda mais no caso da RP 2019. Houve um aumento de 20 pontos percentuais entre os enquadramentos favoráveis, acompanhado por uma redução proporcional entre os críticos, o que evidencia um respaldo ainda mais expressivo da mídia impressa à proposta previdenciária em relação à trabalhista.

Gráfico 3: Enquadramentos favoráveis e críticos RP 2019 (n = 1.132)



Fonte: Elaboração própria

O economista e ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, em matéria publicada em *OG* no dia 16 de junho de 2019, oferece um exemplo de enquadramento favorável ao afirmar que, entre os desafios enfrentados pelo país naquele momento, o mais urgente seria a realização da reforma da Previdência, que, embora não fosse um fim em si mesma, seria fundamental para a retomada do crescimento econômico:

Dos desafios que temos hoje, o mais urgente é a reforma da Previdência, minimamente robusta agora. Assim como a derrota da hiperinflação não era um fim em si mesma, mas uma condição para que outros objetivos tão ou mais importantes pudessem ser alcançados. Estamos numa crise que estará conosco durante muito tempo. Crescemos, na média, 0,6% ao ano nos últimos oito anos. O resto do mundo em desenvolvimento nesses mesmos oito anos cresceu 4,8%, 4,9%, pelo menos. Essa situação agora é a mais séria da nossa história recente (Almeida, et. al., 2019).

O empresário Luciano Hang se manifestou no jornal FSP do dia 11 de março de 2019, considerando a previdência social brasileira anterior à contrarreforma como uma fonte de privilégios, particularmente para políticos e funcionários públicos. Segundo o empresário a previdência social:

É uma bomba-relógio. Em 2022, não vai ter mais dinheiro para pagar. É para reduzir ou acabar com os privilégios de pessoas que trabalham pouco, ganham muito e se aposentam cedo.

A grande maioria é a elite do funcionalismo público e políticos. Você e eu, que somos da iniciativa privada, vamos nos aposentar com pouco. Eu não sou aposentado ainda. Mas e um governador, um deputado? (Cunha, 2019).

Por outro lado, Roberto Dias, professor de Direito Constitucional da FGV-SP, em matéria publicada na FSP em 28 de fevereiro de 2019, afirmou considerar a proposta de contrarreforma uma violação de cláusula pétrea da Constituição — dis-

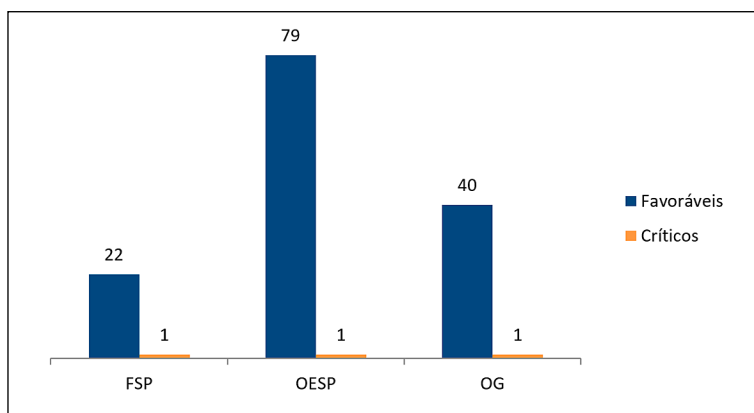
positivos que não podem ser modificados por emenda —, destacando que uma delas proíbe alterações que impliquem a supressão de direitos e garantias individuais. Segundo o professor, “a mudança retira um direito fundamental de um trabalhador, que é a proteção em uma relação em que há certa vulnerabilidade. Mesmo que ele esteja aposentado, o direito deve permanecer” (Brigatti, 2019).

Entre os exemplos de enquadramentos críticos que não são necessariamente desfavoráveis à contrarreforma, o economista Paulo Tafner, em OG do dia 14 de julho de 2019, retomando a questão da previdência social enquanto um privilégio, afirmou que o projeto da RP 2019 falhava em combatê-los, criticando a proposta pela falta de radicalidade. Assim, a RP 2019:

Reduz muito, mas não acaba [com os privilégios]. Integralidade, por exemplo, é um privilégio, isso não existe no restante do mundo. A mesma coisa, o tratamento diferente para policiais e professores. A redução da idade mínima de professores e policiais federais, assim como a manutenção do tempo de contribuição na aposentadoria por idade em 15 anos (no texto original seriam 20 anos) são outros pontos que reduziram o impacto fiscal da reforma (Tondo; Costa, 2019).

No que se refere à opinião expressa pelos três jornais analisados, o posicionamento assumido foi quase integralmente favorável à Reforma da Previdência de 2019, com a curiosa exceção de um único enquadramento crítico identificado em cada veículo. Assim, dos 201 enquadramentos localizados nos editoriais, observa-se uma defesa marcadamente favorável à contrarreforma, reiterando a tendência já verificada no caso da Reforma Trabalhista de 2017, em que o alinhamento editorial também se mostrou amplamente positivo em relação à agenda (contra)reformista.

Gráfico 4: Editoriais e enquadramentos – RP 2019



Fonte: Elaboração própria

Constata-se que a ampla maioria dos enquadramentos foi favorável às contrarreformas (gráficos 1 e 3), com maior ênfase no caso da RP 2019 em relação à RT 2017. Ao se comparar esse cenário com o posicionamento dos editoriais dos três jornais (gráficos 2 e 4), percebe-se uma quase coincidência, indicando que os veículos priorizaram vozes alinhadas à sua própria opinião. A coincidência não é total porque há certa dissidência entre as vozes, ao passo que os editoriais dos jornais demonstraram apoio praticamente unânime às reformas.

No caso da RT 2017, observa-se que os enquadramentos favoráveis se concentraram em destacar os supostos benefícios que adviriam de sua aprovação. Os argumentos mais recorrentes exaltavam o que consideravam a modernização das leis trabalhistas, a flexibilização das relações de trabalho e a consequente dinamização das negociações sindicais. Também foram amplamente difundidas promessas de crescimento econômico e geração de empregos, associadas à ideia de que a reforma removeria entraves legais que prejudicariam o dinamismo do mercado.

Essas justificativas, embora partam de diagnósticos pessimistas sobre a situação econômica e a rigidez da legislação vigente, convergem em um ponto central: a vida das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros melhoraria com a implementação da RT 2017. A narrativa construída sustentava-se na expectativa de um ciclo virtuoso de desenvolvimento, impulsionado por um ambiente mais “livre” e “moderno” para o capital e o trabalho. Em suma, tratava-se de uma aposta na eficiência das reformas como solução estrutural.

Já no caso da RP 2019, os enquadramentos favoráveis assumiram uma natureza distinta. A retórica predominante não prometia avanços ou ganhos diretos, mas antes enfatizava a necessidade de ajustes para assegurar a sustentabilidade do sistema. O foco recaiu sobre a existência de uma grave crise fiscal, e a reforma foi apresentada como imprescindível para evitar o colapso das contas públicas. Nesse sentido, políticas de austeridade, típicas do pensamento neoliberal, foram defendidas como inevitáveis.

Além do argumento fiscal, uma linha de raciocínio fortemente presente foi a de que a previdência, como estava institucionalizada antes da contrarreforma, favorecia a reprodução de privilégios e aprofundava desigualdades sociais. Nesse discurso, a contrarreforma aparecia como instrumento de correção de distorções e de promoção de uma suposta justiça distributiva. Ainda que algumas vozes tenham mencionado possíveis efeitos positivos sobre o crescimento econômico, esses argumentos foram menos frequentes do que no caso da RT 2017.

Apesar da ampla predominância de enquadramentos favoráveis às contrarreformas nos jornais analisados, não se pode dizer que houve uniformidade absoluta. Registra-se a presença de vozes dissonantes, embora em proporção claramente reduzida. A dissidência, quando existente, ocupou espaços marginais e não chegou a equilibrar o debate.

6. Considerações finais

Assim, parte importante da imprensa brasileira atuou como aparelho hegemônico em favor do regime de “Uma Ponte para o Futuro” e das contrarreformas trabalhista e previdenciária preconizadas pelos seus defensores. Evidenciou-se através da análise de 1.280 textos nos jornais FSP, OESP e OG um padrão consistente de alinhamento editorial por parte dos jornais de maior circulação nacional no Brasil. Verificou-se que a grande maioria das vozes consultadas pelos jornais tiveram posições favoráveis às contrarreformas, do mesmo modo que os editoriais publicados.

Essa convergência revela o processo seletivo de amplificação de vozes que corroboram essas posições. Tal alinhamento não é fortuito: ele expressa uma opção editorial que privilegia determinadas visões de mundo em detrimento de outras, limitando, assim, a diversidade de perspectivas no debate público. Nesse sentido, considerando que o processo de neoliberalização ocorre num ambiente de disputas e resistências, fica claro o lado tomado pelos jornais analisados, assim como das vozes que foram consultadas por eles.

No caso específico da RT 2017, observou-se um esforço discursivo direcionado a construir uma imagem positiva da proposta, ancorada na promessa de modernização e progresso. Os enquadramentos tenderam a reforçar uma leitura otimista da reforma, com pouca ou nenhuma atenção aos impactos sociais negativos. Essa estratégia narrativa contribuiu para naturalizar o projeto contrarreformista, diluindo os conflitos sociais envolvidos e apresentando-o como um passo inevitável rumo ao desenvolvimento.

Por outro lado, a RP 2019 foi majoritariamente enquadrada a partir de um diagnóstico de urgência fiscal, na qual a retórica da austeridade ocupou o centro do debate, eclipsando até mesmo propostas alternativas de reconstrução institucional da previdência social. Ao tratar a contrarreforma como remédio meramente técnico e racional para uma suposta crise, os enquadramentos não apenas despolitizaram a questão, como também buscaram criar um consenso em torno da inevitabilidade das medidas adotadas.

A presença marginal de vozes dissidentes, embora registre alguma diversidade discursiva, foi insuficiente para caracterizar um debate plural ou equilibrado. A concentração de enquadramentos favoráveis, somada ao quase alinhamento dos editoriais, sinaliza para uma cobertura assimétrica e, em certa medida, comprometida com um projeto específico. É pertinente questionar se jornais como FSP, OESP e OG, que estão entre os de maior alcance nacional, não deveriam adotar critérios editoriais que garantissem maior pluralidade. Ao priorizar visões alinhadas à sua linha editorial, esses veículos limitam o espaço para o contraditório e, consequentemente, reduzem a possibilidade de que o público tenha acesso a uma cobertura

mais democrática e representativa da diversidade de posições que atravessam a sociedade brasileira.

Fato é que para criar consenso sobre um processo de mudança institucional que interessa às classes ou frações de classe aderentes ao neoliberalismo, o segmento da imprensa aqui estudado atuou no campo da ideologia e no reforço da hegemonia, demonstrando o enraizamento desse processo de neoliberalização nas três estruturais sociais fundamentais analisadas por Cahill (2014). Diante disso, impõe-se a necessidade de discutir o papel da grande imprensa na mediação do debate público e sua responsabilidade em garantir espaço equitativo para a multiplicidade de posições que atravessam temas de profundo impacto social, como as contrarreformas analisadas neste estudo.

Agradecimentos: Agradeço ao CNPq, cujo apoio foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Cássia; SETTI, Rennan; DELMAS, Maria Fernanda. Malan diz que “Previdência é o desafio mais urgente, mas não é panaceia”. **O Globo**, 16 jun. 2019.

BLOCK, Fred. Introdução. In: POLANYI, Karl (Org.). **A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2021. p. 21–44.

BRASIL. **Confira as principais mudanças da Nova Previdência — Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia>>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRIGATTI, Fernanda. Fim da multa do FGTS para aposentado pode parar na Justiça. **Folha de São Paulo**, 28 fev. 2019.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci and the State**. London: Lawrence & Wishart Ltd, 1979.

CAHILL, Damien. **The End of Laissez-Faire?: On the Durability of Embedded Neoliberalism**. Cheltenham, Glos, UK ; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Pub, 2014.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani; KREIN, José Dari. Brazilian Labor Market: From the Workers' Party Administrations to the Bolsonaro Government. In: SAAD-FILHO, Alfredo;

COLOMBI, Ana Paula Fregnani; GRIGERA, Juan (Orgs.). **Neoliberalism or developmentalism: the PT governments in the eye of the storm**. Studies in critical social sciences. Leiden ; Boston: Brill, 2022. p. 268–291.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016.** Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CORRÊA, Marcelo. Estudo prevê potencial para reforma trabalhista criar 2,3 milhões de vagas. **O Globo**, 20 jun. 2017.

CUNHA, Joana. Brasil só vai andar quando pararem de fazer leis idiotas, diz Luciano Hang. **Folha de São Paulo**, 11 mar. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** 1ª edição ed. [S.l.]: Boitempo, 2016.

DIEESE. **PEC 6/2019: como ficou a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal.** [S.l.]: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DRUMMOND, Carlos. **Pesquisadores descobrem trapaga do governo em cálculos da reforma da Previdência – Economia.** **CartaCapital**, 17 set. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/pesquisadores-descobrem-trapaca-do-governo-em-calculos-da-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 18 jul. 2024

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FAGNANI, Eduardo. **Previdência: o Debate Desonesto: Subsídios Para a Ação Social e Parlamentar: Pontos Inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro.** 1ª edição ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo de cidadania social no Brasil (1988-2019): o papel da “reforma” da previdência do governo Bolsonaro. In: ETULAIN, Carlos Rui (Org.). **Política pública no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos.** 1º ed. Córdoba; Campinas: Editorial de la UNC; Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas-Nepp, 2021. p. 28–52.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; BISPO, Bruna; COUTINHO, Pablo. A reforma trabalhista como reforço a tendências recentes no mercado de trabalho. In: KREIN, José Darin;

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** 1ª edição ed. [S.l.]: Autonomia Literária, 2020.

FLEURY, Sônia. **Sônia Fleury: Reforma da Previdência é o maior confisco sobre a economia popular e sobre os direitos sociais | CEE Fiocruz.**, 28 mar. 2019. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=Sonia-Fleury-Reforma-da-Previdencia-e-o-maior-confisco-sobre-a-economia-popular-e-sobre-os-direitos-sociais>>. Acesso em: 23 ago. 2019

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41–69, dez. 2011.

FONTES, Virgínia. **Brasil E O Capital Imperialismo, O - Teoria E Pratica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FOURCADE-GOURINCHAS, Marion; BABB, Sarah L. The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 3, p. 533–579, 2002.

FRAGA, Diego José Nogueira. “**A RAIZ DE TODOS OS NOSSOS PROBLEMAS**”: **economistas, intelectuais e imprensa no Brasil das contrarreformas**. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025.

FRASER, Nancy. **O Velho Está Morrendo e o Novo Não Pode Nascer**. 1ª edição ed. [S.l.]: Autonomia Literária, 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro.**, 2015.

GASPARI, Elio. Um dia de trabalho para manter Temer. **Folha de São Paulo**, 2 jul. 2017.

GIMENE, Denis Maracci; DOS SANTOS, Anselmo Luis (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. p. 69–95.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere - vol. 2**. 1ª edição ed. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2017.

GUILBERT, Thierry. **As Evidências do Discurso Neoliberal na Mídia**. 1ª edição ed. [S.l.]: Editora da Unicamp, 2020.

HALL, Stuart. The Problem of Ideology-Marxism without Guarantees. **Journal of Communication Inquiry**, v. 10, n. 2, p. 28–44, 1 jun. 1986.

HALL, Stuart. The Toad in the Garden: Thatcherism among the Theorists. In: NELSON, Cary (Org.). **Marxism and the interpretation of culture**. Communications and culture. Basingstoke: Macmillan Education, 1988.

HOEVELER, Rejane Carolina. O CONCEITO DE APARELHO PRIVADO DE

HEGEMONIA E SEUS USOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 4, n. 5, p. 145–159, 2019.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina. Reforma da Previdência: Qualificando o debate brasileiro à luz de experiências internacionais. **Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 15, p. 35–43, 30 jun. 2019.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, p. 191–211, ago. 2018.

MELO, Jose Marques De. **A Opinião No Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA, Cláudia. **Militares no governo Bolsonaro: mais de 6 mil ocupam cargos civis. Rede Brasil Atual**, 18 maio 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>>. Acesso em: 18 jul. 2024

PACHECO FILHO, Calino Ferreira; WINCKLER, Carlos Roberto. Reforma da Previdência: o ajuste no Regime Geral de Previdência Social. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 32, n. 3, p. 151–176, 2004.

PECK, Jamie. **Constructions of Neoliberal Reason**. [S.l.]: Oxford University Press, 2010.

PECK, Jamie; BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Actually Existing Neoliberalism. In: **The SAGE Handbook of Neoliberalism**. 55 City Road: SAGE Publications Ltd, 2018. p. 3–15.

PELLANDA, Andressa. A educação perdeu R\$ 32,6 bi para a EC 95 do Teto de Gastos. **Le Monde Diplomatique**, 26 abr. 2020.

PERRIN, Fernanda. Reforma trabalhista incentiva concentração de sindicatos. **Folha de São Paulo**, 23 jul. 2017.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Welfare State and Epistemic Communities of Fiscal Austerity in Brazil: from Lula da Silva to Jair Bolsonaro (2003-2020). **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 01, p. 195–216, 26 maio 2021.

PINTO, Eduardo Costa *et al.* A guerra de todos contra todos e a Lava Jato:: A crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 16 dez. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2021.

PORTO, Mauro P. Enquadramento da Mídia e Política. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004. p. 73–104.

REIS, Tiago. **Joesley day: o que aconteceu com o mercado nesse histórico dia?** Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/joesley-day/>>. Acesso em: 5 set. 2023.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: A crise adiada do capitalismo democrático**. 1ª edição ed. [S.l.]: Boitempo, 2018.

TONDO, Stephanie; COSTA, Daiane. Pouco espaço para reforma mais desidratada. **O Globo**, 14 jul. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. 3ª edição ed. [S.l.]: Insular, 2012.

VENUGOPAL, Rajesh. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, p. 165–187, 3 abr. 2015.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Lumina**, v. 3, n. 2, 6 dez. 2009.